

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS - UFSCAR
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - CECH
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PSICOLOGIA

INVESTIGAÇÃO DA PRODUÇÃO DE PENSAMENTOS
CONTRAFACTUAIS A PARTIR DE MANCHETES
JORNALÍSTICAS SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL

Docente: Dra. Patrícia Waltz Schelini

Discente: Lívia Polastri Piai

SÃO CARLOS

2024

Resumo

Os pensamentos contrafactuais caracterizam-se pelo pensar a respeito do passado. A partir de proposições lógicas condicionais (se..., então...), visa-se a modificação de elementos da realidade, imaginando resultados diferentes do ocorrido. São produzidos majoritariamente seguindo a ocorrência de eventos adversos, para os quais se imaginam alternativas que proporcionam resultados melhores. O estudo de pensamentos contrafactuais permite o entendimento de emoções complexas, como a culpa. Possuem relevante importância no contexto jurídico, já que, a depender do foco dado por quem julga ou pela sugestão na argumentação de um advogado, os resultados podem ser alterados. Assim, visto a importância do processo comparativo para as interpretações no julgamento, dependendo da situação à qual é comparado, o crime pode parecer menos injurioso. Dentro do contexto jornalístico, pode ser dado um foco exagerado à vítima em detrimento do agressor em manchetes sobre crimes de violência sexual, fato que sugere desmoralização da vítima. Tendo em vista a maior culpabilização imputada à mesma, esse estudo pretende investigar como participantes elaboram contrafactos a partir de matérias jornalísticas referentes à violência sexual. Participaram 20 adultos, maiores de 18 anos e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo sido recrutados por meio de convites em redes sociais. Os participantes responderam, de maneira remota, a um questionário sociodemográfico e à avaliação de pensamento contrafactual. Foram encontrados entre 16 e 17 contrafactos, todos de direção ascendente exceto por dois neutros, o alvo da modificação, na manchete que focava nas atitudes das vítimas foi majoritariamente autorreferente, e, na que focava nos agressores, houve mais alterações heterorreferentes. A estrutura, direção e aspectos da realidade alterados foram majoritariamente ascendentes, subtrativas, autorreferentes e com alterações relacionadas à ação/inação e obrigação, estrutura similar aos achados de outros autores da área.

Palavras-chave: pensamento contrafactual, violência sexual, manchetes jornalísticas, violência contra a mulher.

1. Introdução

Pensar sobre o passado é uma ação constante e inerente ao ser humano. Desde reconsiderar pequenas ações, olhar retratos de família, até discutir fatos históricos. Questionar o passado pode exercer funções sociais, ter valor emocional, e até artístico. Fernando Pessoa (1982, p. 100), no *Livro do Desassossego*, reflete sobre: “O meu passado é tudo quanto não consegui ser. Nem as sensações de momentos idos me são saudosas: o que se sente exige o momento; passado este, há um virar de página e a história continua, mas não o texto.”

O ato de pensar contrariamente a um fato que aconteceu é denominado pensamento contrafactual. Inicialmente investigado por Byrne (2005), em outras palavras, o pensamento contrafactual se constitui do pensar a respeito de eventos passados, procurando modificar elementos da realidade, visando imaginar um resultado diferente do que ocorreu. Os pensamentos contrafactuais são constituídos, basicamente, por proposições lógicas condicionais, constituídas por um antecedente (“se...”) e um conseqüente (“então...”). Essas “simulações mentais” decorrem, de acordo com Martins (2011), da propensão humana em se produzir mundos possíveis, especialmente quando eventos são adversos, o que implica, também, no julgamento humano deixando de se debruçar somente aos fatos, contando também com reações e sentimentos guiados pelo que poderia ter sido.

A formação do pensamento contrafactual possui algumas funções para o desenvolvimento humano e para o equilíbrio cognitivo. A partir da formação de um condicional, ou seja, uma mudança para um resultado alternativo, é possibilitada a alteração de comportamentos futuros, para que melhores resultados sejam obtidos em situações similares, função *preparatória*. A função *afetiva*, por sua vez, implicaria na vivência da emoção gerada pelo pensamento contrafactual criado, que varia do arrependimento ao alívio e à gratidão (Beck & Riggs, 2013). Segundo Byrne (2005), haveria ainda a influência desses pensamentos sobre atividades cognitivas, como a criatividade. O pensamento contrafactual se relaciona com a formação de relações

causais na medida que explicam e fornecem sentido aos eventos ocorridos, sendo até mais importante para o julgamento que pensamentos factuais (Schelini & Justino, 2017).

Os pensamentos contrafactuais possuem uma direção, ou seja, o tipo de resultado alternativo que gerarão. Podem ser *upward*, ou *ascendente*, nos quais há uma mudança geradora de uma alternativa melhor que a realidade, ou um conseqüente positivo; e *downward*, ou descendente, que geram uma alternativa pior que a real, ou um conseqüente negativo. Os pensamentos contrafactuais ascendentes, ao gerarem uma alternativa melhor que a “real”, tendem a eliciar emoções negativas, como culpa e tristeza, enquanto os descendentes geram um conforto momentâneo. Apesar disso, são mais comuns os contrafactuais ascendentes, que, apesar de eliciarem emoções negativas, são mais propensos a gerar uma mudança de comportamento a longo prazo. Raramente os pensamentos contrafactuais são horizontais.

Além de direção, os pensamentos contrafactuais possuem uma referência: o alvo que deverá sofrer a modificação, podendo ser hétero ou autorreferente. No pensamento contrafactual hétero referente, a mudança se atribui à outras pessoas ou agentes externos, enquanto no autorreferente, há mudanças sobre a própria pessoa ou personagem. (Martins, 2011)

Roese e Olsen (1997) sugeriram o afeto negativo como não só um dos principais, como possivelmente o maior gatilho na formação de pensamentos contrafactuais. Por meio de uma análise de regressão e tendo como preditores as variáveis de controlabilidade, expectativa e afeto, evidenciaram-se as emoções negativas inerentes a um evento desfavorável como maiores responsáveis pela ativação contrafactual.

Em quantidades disfuncionais, o pensamento contrafactual pode ser prejudicial. Faccioli e Schelini (2013) sugerem que pessoas com depressão apresentam maior

produção de pensamentos contrafactuais quando comparadas a pessoas sem depressão, o que pode sugerir maior fixação no passado e vai de encontro com definições de manuais diagnósticos que elencam pensamentos ruminativos como um aspecto característico do transtorno.

Há critérios que comandam quais condições serão escolhidas para serem alteradas e gerarem resultados alternativos dentro das relações causais criadas no pensamento contrafactual. A Teoria da Norma, de Kahneman e Miller (1986), estabelece a normalidade como um critério predominante para essas alterações. A condição de normalidade é considerada quando uma expectativa é confirmada e, quando essa expectativa é violada, é considerada anormalidade. Há a tendência de que fatos considerados anormais sejam modificados, por exemplo: na produção de um contrafactual a respeito duas situações: uma em que um indivíduo que fez um caminho diferente ao sair do trabalho e outra em que o mesmo indivíduo fez o caminho usual, e em ambas houve um acidente, o aspecto a ser mudado tende a ser o inusual, ou seja, o caminho alternativo percorrido, já que subjetivamente, essa situação foge à “normalidade”.

Outro consenso relevante na alteração de aspectos dos pensamentos contrafactuais é a controlabilidade. Eventos vistos como controláveis subjetivamente tendem a ser alterados em detrimento de eventos que independem da ação humana. Outros efeitos encontrados na produção de contrafactuais que merecem destaque são a recência e a dicotomia entre ação e inação. O efeito de recência argumenta que participantes tendem a modificar, majoritariamente, o primeiro em uma sequência de eventos ocorridos, já que há a percepção de que ele é uma pré-condição para que o segundo evento ocorra (Martins, 2011). A dicotomia entre ação e inação, por sua vez, diferentemente do que é assumido pelo senso comum, estabelece uma maior produção

de pensamentos contrafactuais quando há a ação, já que esta é entendida como anormal, quando comparada à inação (Martins, 2011).

Em *The Rational Imagination* (2005), Byrne aprofunda a discussão acerca da dinâmica de formação de pensamentos contrafactuais, introduzindo o conceito de obrigações e proibições e sua influência na produção do julgamento. A discussão leva em conta a aceitação social de determinadas atitudes, sendo que, estando os pensamentos contrafactuais sob influência de leis sociais, que ditam o que se é obrigado a fazer e o que se é obrigado a não fazer, estaria também a modificação deles sob controle delas. Em outras palavras, as possibilidades proibidas são mutáveis, enquanto as obrigações são praticamente inalteráveis. Dessa maneira, a investigação de normas interpessoais faz-se tão importante quanto as intrapessoais (Byrne, 2005).

O entendimento de emoções mais complexas, como a culpa, a partir de pensamentos contrafactuais, envolve a comparação de “mundos contrafactuais” em relação à realidade. Martins Lopes (2015) chegaram a tal conclusão a partir da demonstração que a mera compreensão de contrafactuais, por crianças de 5 e 6 anos, não permite a compreensão e a atribuição do sentimento de culpa, sendo necessária a habilidade da comparação com alternativas reais. As experiências de culpa, dentro do pensamento contrafactual, se relacionam com a tendência para que se desfaçam comportamentos específicos, contrariando a realidade (Dias da Costa, 2008).

O estudo de Branscombe et al. (1996) foi um dos primeiros a demonstrar a importância dos pensamentos contrafactuais para o contexto jurídico, mais especificamente no julgamento de crimes. Destacaram a importância do foco da atenção em determinados aspectos do pensamento contrafactual como potencialmente alterador do julgamento, já que, a depender do foco dado, seja espontaneamente por quem julga,

seja pela sugestão gerada pela argumentação de um advogado, os resultados podem ser alterados.

Nesse sentido, Nario-Redmond e Branscombe (1996) performaram um estudo sobre repercussões possíveis em julgamentos jurídicos em situação de perpetração de violência contra a mulher, por meio da comparação de alternativas contrafactuais. A partir da apresentação de um cenário contendo um homem e mulher, amigos, que terminava com uma violação perpetrada por ele, foi solicitado que os participantes imaginassem como o evento poderia ter ocorrido de maneira diferente, tanto para vítima como para agressor. Os autores sustentaram suas previsões de que o processo comparativo é determinante para as interpretações do resultado de um evento. Um exemplo é que, ao imaginar um ato mais injurioso cometido pelo agressor, os participantes passaram a atribuir menor culpa ao crime realmente cometido por ele.

Catellani e Milesi (2001), por meio da apresentação de cenários de violência sexual e posterior produção de contrafactuais pelos participantes, de acordo com uma posição de agressor ou vítima pré-estabelecida; constataram os efeitos na produção de pensamentos, que demonstraram as motivações e expectativas apresentadas como diretamente relacionadas com o papel que foi assumido pelos participantes.

Transpondo o julgamento de casos de violência sexual para o panorama das mídias e propagação de notícias atualmente, Cardoso e Vieira (2014), em um estudo que se utilizou da Análise de Discurso Crítica, conduziram uma investigação linguística de manchetes e fragmentos de notícias sobre violência sexual contra a mulher, especificamente o estupro, em jornais eletrônicos. Encontraram um padrão na estrutura desses: um foco exagerado na vítima em detrimento do agressor, o que potencialmente sugere uma desmoralização e culpabilização da mesma. Por meio da supressão do nome do agressor nas manchetes e o uso da voz passiva nas notícias (“Psicóloga é

estuprada”), há um fenômeno de *backgrounding*, ou seja, a omissão de informações sobre o perpetrador faz com que os leitores passem a inferir somente a partir das informações disponíveis, nesse caso, sobre a vítima. Além disso, as vítimas são sempre incluídas com papel de agência, sendo citadas suas ações como “aceitar ajuda”, por exemplo, evidenciando atitudes anteriores ao estupro que acabam por sugerir uma relação causal.

Outro aspecto trazido no estudo, que se conecta à proposição de Catellani e Milesi (2001) sobre a influência dos papéis exercidos no experimento para a formação de pensamentos contrafactuais, é de que na produção dos textos, há uma representação de atores sociais (*vítima, agressor, autoridades*), que facilitam a assimilação do conteúdo exibido pelos leitores, o que deve reforçar a premissa de que determinados sujeitos possuem papéis, e portanto, resultados pré-determinados. A partir das considerações do estudo, infere-se as mídias como possuidoras de grande influência sobre o imaginário popular e sua formação opinativa. Os autores argumentam, ainda, que os textos midiáticos propagam ideologias de forma implícita, que por meio de uma articulação discursiva dos fatos narrados, acabam por transmitir, de forma velada, posicionamentos que potencialmente reafirmam o status quo, contribuindo para a estrutura social de dominação masculina. (Cardoso & Vieira, 2014; da Costa, 2008)

Peixoto e Nobre (2015), defendem que os grandes meios de comunicação contribuem com, em vez da conscientização, a geração de mais preconceitos e estigmas. Nesse processo, como expõe Tomazi (2020), a partir de uma análise de manchetes jornalísticas de dois jornais do Espírito Santo, são utilizadas estratégias como: a mulher e suas ações são evidenciadas como tópicos nos títulos, como se elas fossem motivações para a agressão/morte. O agressor tende a ser minimizado e suas atitudes ocupam posições periféricas nas sentenças; a mulher é retomada por sua profissão e classe

social; dentre outras articulações que não envolvem uma perspectiva de gênero engajada.

Retomando a formação do sentimento de culpa, então, que remete à mudança de comportamentos específicos dentro da relação causal, adicionando-se a produção de discursos midiáticos que imputam culpa à vítima e propagam papéis sociais e julgamentos associados a eles, pode-se inferir que vítimas de crimes sexuais, por exemplo, podem tender a modificar em termos representacionais as situações ocorridas, fato que poderia aumentar o sentimento de culpa, já pré-concebido por uma estrutura de gênero que tem como vítimas as mulheres; a ser suscitado sobre elas.

A violência de gênero ecoa nos mais variados segmentos da vida de uma mulher, podendo configurar prejuízos físicos, psicológicos, sexuais ou simbólicos. A violência sexual, especificamente, é definida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como "qualquer ato sexual, tentativa de consumir um ato sexual ou outro ato dirigido contra a sexualidade de uma pessoa por meio de coerção, por outra pessoa, independentemente de sua relação com a vítima e em qualquer âmbito." (Organização Mundial da Saúde, 2021)

A violência sexual, segundo a OMS, é um grande problema de saúde pública, que tem como principais vítimas mulheres, principalmente jovens e adolescentes (Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, 2023). A magnitude do problema é observável pelos dados: um relatório realizado pelo Fórum de Segurança Pública em 2022 mostrou um crescimento de registros da violência sexual em 3,7%, com 56.098 registros, estimando-se um estupro de meninas ou mulheres a cada dez minutos. (Violência contra mulheres em 2021, 2022).

De acordo com o relatório Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, realizado pelo DataFolha e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em março de

2023, 47% das mulheres indicaram já ter sofrido assédio sexual, uma das expressões da violência sexual, que envolve uma manifestação sensual ou sexual, alheia à vontade da pessoa a quem se dirige. (Visível e Invisível, a vitimização de mulheres no Brasil, 2023). Além das graves consequências psicológicas, a Organização Pan-Americana da Saúde ainda indica maiores riscos de “gestações indesejadas, abortos induzidos, problemas ginecológicos e infecções sexualmente transmissíveis, incluindo o HIV”. (Organização Pan-Americana de Saúde).

Em “Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos” (2014), a vergonha e a culpa excessivos são tidos como sinais na subjetividade de crianças e adolescentes na situação de violência sexual, dentro outros vários, como o comportamento autodestrutivo, depressão, desenvolvimento precoce de interesse sobre assuntos sexuais, etc.

Esse estudo tem como objetivo investigar, em termos gerais, como participantes elaboram contrafatos a partir de matérias jornalísticas referentes à violência sexual. Em termos específicos serão analisados a quantidade de contrafatos produzidos, o alvo da modificação (auto ou heterorreferente), sua direção (ascendente ou descendente), estrutura (aditiva, subtrativa ou neutra), aspecto da realidade modificado e as emoções geradas - após a leitura da matéria e após a elaboração dos contrafatos

2. Objetivos

Investigar como participantes elaboram contrafatos a partir de matérias jornalísticas referentes à violência sexual, analisando-se a quantidade de contrafatos produzidos, o alvo da modificação (auto ou heterorreferente), sua direção (ascendente ou descendente), estrutura (aditiva, subtrativa ou neutra), aspecto da realidade

modificado e as emoções geradas - após a leitura da matéria e após a elaboração dos contrafatos.

3. Metodologia

Participantes

A amostra foi constituída por vinte participantes, dez homens e dez mulheres, que concordaram com sua participação através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os participantes foram igualmente distribuídos pelos grupos que compunham os respondentes de cada formulário. Houve diferença de idade entre os grupos (aproximadamente 26 anos para o primeiro, e 36 para o segundo). O método de recrutamento utilizado, de conveniência, permitiu a pesquisadora enviar os formulários de acordo com o grupo pré-determinado do participante, não havendo aleatoriedade na escolha amostra.

Instrumentos

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foi produzido de acordo com os preceitos éticos determinados pelo Comitê de Ética em Pesquisa.
2. Questionário Sociodemográfico: Elaborado pela autora e utilizado para o levantamento de informações individuais sobre o participante, tais como identificação de gênero, idade, identidade étnica, escolaridade e estado civil;
3. Avaliação de pensamento contrafactual: para estudar a elaboração de contrafatos, foram criadas duas manchetes jornalísticas que reportam casos de violência sexual. Será solicitado aos participantes que leiam as duas manchetes para depois responder a algumas perguntas.

A manchete em que o título focaliza o agressor e suas atitudes, em detrimento da vítima, será tratada como Manchete 1, e os participantes que a responderam, grupo 1. A manchete 2 portanto, cujo foco do título é dado à vítima, informando suas ações prévias à violência e sua profissão, terá como participantes respondentes o grupo 2. Após cada uma das manchetes, os participantes deverão responder questões elaboradas pela autora com base no trabalho de Faccioli, Justino & Schelini (2015). Optou-se por excluir as questões de alternativas contidas originalmente no modelo, supondo-se que estas poderiam sugerir uma resposta mais socialmente aceitável pelos participantes.

Procedimento

Essa pesquisa foi conduzida a partir dos preceitos éticos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Saúde e mediante aprovação do Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos. Os participantes foram recrutados através da divulgação do convite para participação nas redes sociais como Instagram, Facebook e Whatsapp, além das redes de divulgação online e dos próprios espaços da Universidade (InfoRede UFSCar). No convite foram descritos o tema e objetivos da pesquisa, acompanhados de um link para o formulário. Ao clicar no link os participantes foram encaminhados a um formulário do Google Forms. Na primeira parte do formulário havia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Caso o participante concordasse com os termos, ele deveria clicar na opção Li e concordo em participar da pesquisa. Se ele não concordasse, bastava fechar o formulário.

Após o aceitar, o participante tinha acesso aos instrumentos da pesquisa descritos anteriormente: na primeira etapa, foi coletado, via questionário sociodemográfico, dados pessoais como nome, gênero, idade, entre outras informações. Na segunda etapa do

formulário, os participantes tinham acesso às questões de avaliação do pensamento contrafactual, em respostas abertas e não obrigatórias. Ao terminar o preenchimento, foi apresentada uma sessão de agradecimento pela participação com um espaço aberto para comentários.

Após finalizar a pesquisa, o participante recebeu uma via do TCLE via e-mail, no qual constava o telefone e o endereço do pesquisador principal e responsável caso houvesse dúvidas sobre a pesquisa e sua participação nela. Ao final da pesquisa, os resultados obtidos serão enviados por e-mail, de maneira clara e acessível, a todos os participantes, além de serem divulgados nas redes de comunicação científica da UFSCar e encaminhados para publicação, mantendo o sigilo e confidencialidade de todos os participantes. Os dados coletados serão armazenados por no máximo 5 anos, seguindo as recomendações do comitê de ética em pesquisa em seres humanos.

A pesquisa foi realizada com financiamento próprio do Pesquisador Responsável, com orçamento estimado de 30 reais para custeio de energia e internet.

Análise de dados

Os dados foram armazenados e analisados através do Google Formulários.

4. Resultados

Os resultados foram divididos em subitens para melhor organização. São eles: Questionário sociodemográfico; Emoções decorrentes da leitura e alteração da manchete; Pensamentos decorrentes da leitura da manchete e Técnica da Avaliação de Pensamento Contrafactual.

4.1 Questionário Sociodemográfico

As respostas do questionário sociodemográfico, obtidas na segunda seção do formulário foram analisadas para as duas versões dele, separadamente. Ambos os formulários obtiveram dez respostas divididas entre cinco mulheres e cinco de homens, conforme a metodologia indicava.

No formulário 1, a média de idade dos participantes foi de 25,7 anos, sendo a idade mínima 20 e a máxima 36. Todos eram solteiros, tendo 8 deles se autoafirmado como brancos, 1 como amarelo e 1 como pardo. Quatro participantes possuíam Ensino Superior Incompleto, 4 Ensino Superior Completo e 2 possuíam Pós Graduação. Na questão sobre religião, 4 participantes afirmaram não possuir nenhuma, 2 evangélicos, 1 espírita, 1 ateu, 1 católico apostólico romano e um participante se declarou adventista não praticante.

No formulário 2, a média de idade dos participantes foi de 36,1 anos, sendo a idade mínima de 20 e a máxima de 58 anos. Oito participantes se afirmaram brancos e 2 pardos, sendo 3 deles casados e 7 solteiros. Três participantes afirmaram não possuir religião, 4 declararam ser católicos apostólicos romanos, 1 evangélico, 1 adventista do sétimo dia e um participante relatou não se identificar com nenhuma religião, apesar de não ser ateu. Cinco participantes possuem Ensino Superior Incompleto, 1 possui Ensino Superior Completo e 4 Pós Graduação.

4.2 Emoções decorrentes da leitura e alteração da manchete

Para os dois formulários, foram questionadas as emoções relacionadas às atitudes da vítima e do agressor após a leitura da manchete; e as emoções sentidas após a alteração da manchete.

A seguir, serão apresentados os gráficos 1 e 2, referentes às emoções associadas às atitudes do agressor e da vítima na manchete 1, respectivamente.

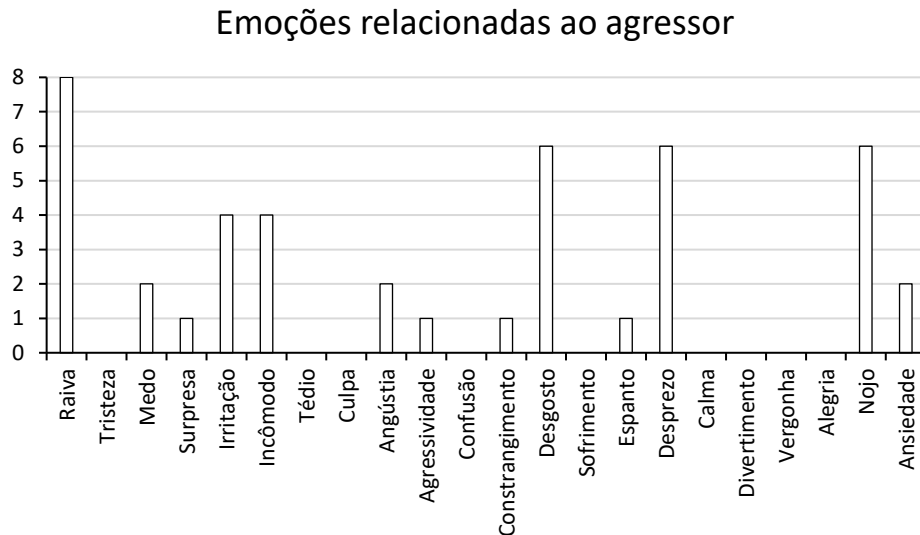


Gráfico 1. Emoções relacionadas às atitudes do agressor na manchete 1.

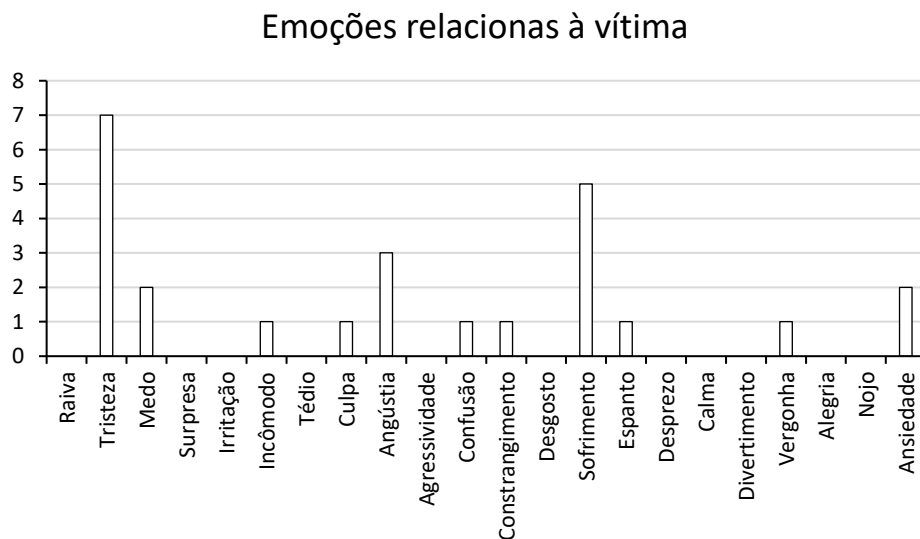


Gráfico 2. Emoções relacionadas às atitudes da vítima na manchete 1.

Para o formulário 1, as emoções mais relacionadas ao comportamento do agressor foram raiva (N=8), desgosto (N=6), desprezo (N=6) e nojo (N=6). Surgiram também, na categoria “Outros”: inconformismo e decepção, não considerados emoções.

Com relação às atitudes da vítima, as emoções mais pontuadas foram tristeza (N=7) e sofrimento (N=5).

A seguir, serão apresentados os gráficos 3 e 4, referentes às emoções associadas às atitudes do agressor e da vítima na manchete 2, respectivamente.

Emoções relacionadas ao agressor

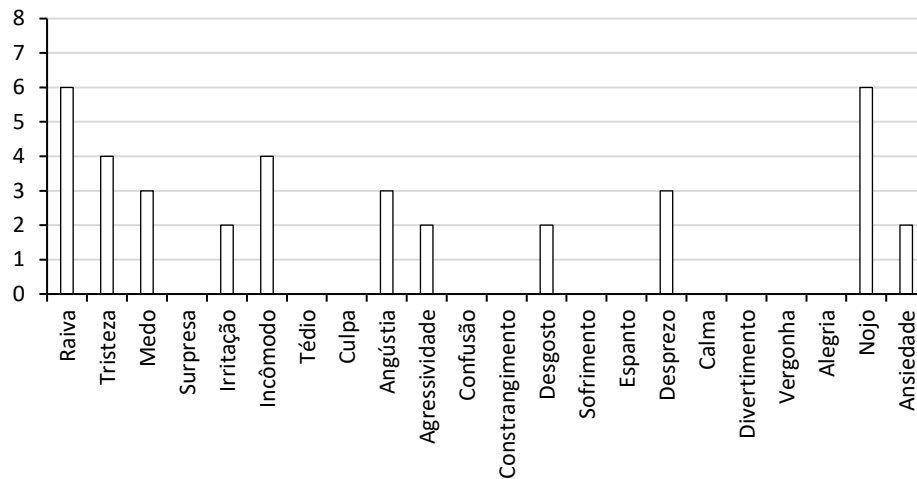


Gráfico 3. Emoções relacionadas às atitudes da vítima na manchete 2.

Emoções relacionadas à vítima

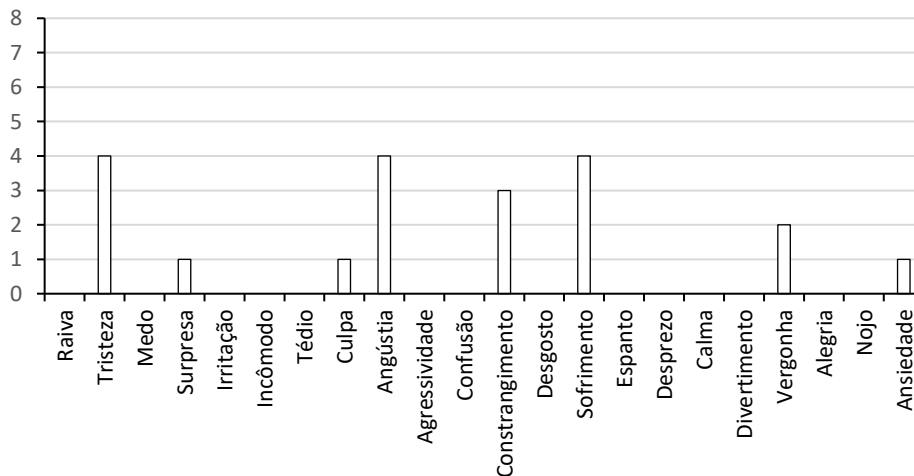


Gráfico 4. Emoções relacionadas às atitudes da vítima na manchete 2.

Para o formulário 2, as emoções mais relacionadas às atitudes do agressor foram raiva (N=6), nojo (MN=6), tristeza (N=4) e incômodo (N=4). Para as atitudes da vítima, as emoções mais pontuadas foram tristeza (N=4), angústia (N=4) e sofrimento (N=4).

Nos gráficos 5 e 6, apresentados abaixo, são apresentadas as emoções marcadas pelos participantes nas manchetes 1 e 2, respectivamente.

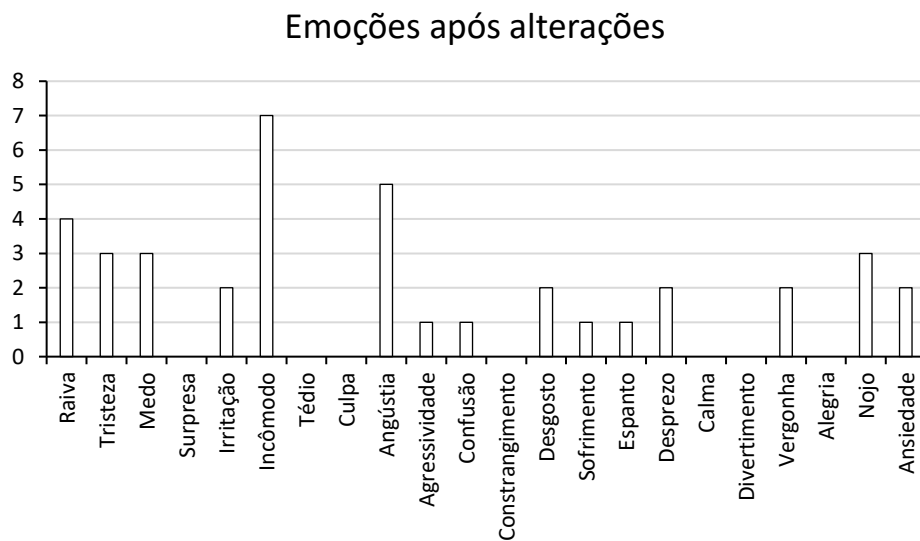


Gráfico 5. Emoções apresentadas após alterações na história da manchete 1.

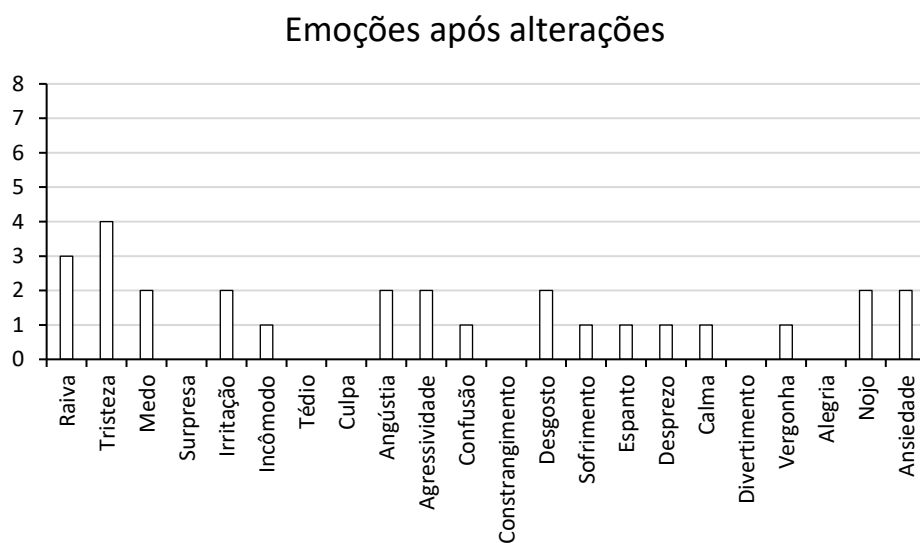


Gráfico 6. Emoções apresentadas após alterações na história da manchete 2.

Na manchete 1, as emoções mais demarcadas após a alteração foram incômodo (N=7), angústia (N=4) e raiva (N=4). Na manchete 2, tristeza (N=4) e raiva (N=3).

4.3 Pensamentos decorrentes da leitura da manchete

Para os pensamentos obtidos por meio da leitura das manchetes jornalísticas, a análise foi feita a partir da categorização de todas as respostas dadas pelos participantes por meio da análise de conteúdo, que consiste em leituras contínuas para que sejam encontradas categorias que representam a ideia central do texto (Bardin, 2009).

Para o formulário 1 foram criadas as categorias: Insegurança e Desconfiança, Inconformismo e Emoções. A categoria **Insegurança e Desconfiança** inclui respostas que demonstram ambas as sensações diante da possibilidade do cenário lido, como em “nunca me sentir plenamente segura em qualquer contexto, e o mínimo deslize, o mínimo ato de confiança em um homem, afirma que precisamos continuar com medo” e “o mundo hoje não é seguro”.

A categoria **Inconformismo** demonstra a sensação de revolta e não aceitação do cenário posto, como é demonstrado nos trechos “Que isso ocorre tanto”, “sentimento de tristeza ao pensar que ela estava confiando no vizinho” e “não deixei de sentir inconformação pelas atitudes do agressor.”

A categoria **Emoções**, por fim, inclui pensamentos que traziam emoções eliciadas pela leitura, como “Ansiedade e nojo” e “sentimento de tristeza”.

Para o formulário 2 foram criadas as seguintes categorias: Desconfiança/ Sentimentos relacionados a homens; Impotência, Reflexões sobre o texto/história; e outros. A categoria **Desconfiança/ Sentimentos relacionada à homens** é composta por pensamentos que demonstrem sensação de desconfiança direcionada à homens. Na

sentença “Mesmo sendo vizinho, não deveria ter aceitado a carona (...)”, a desconfiança é posta de forma indireta já que se pressupõe que “Sendo vizinho”, talvez pudesse se confiar, mas mesmo assim não se pode. Já em “Não poder confiar”, a desconfiança parece ser generalizada. Além disso, a categoria inclui sentimentos direcionados ou eliciados pelas atitudes dos homens, como o ódio e a insegurança.

A categoria **Impotência** referiu-se aos pensamentos que demonstravam a falta de poder e impossibilidade de mudança do cenário da violência. Em “como ainda é possível que uma atrocidade e falta de humanidade desse tamanho possa ocorrer” e “Que poderia ser qualquer um nessa situação, inclusive familiar” depreende-se uma noção de que a violência ainda ocorre, e que qualquer pessoa está sujeita a isso.

Reflexões sobre o texto/história é uma categoria que engloba duas respostas que parecem ter se prendido ao texto em si, e não criaram pensamentos sobre seu conteúdo, como. Nela englobam-se “Curiosidade” e “Criação na imaginação do texto”.

A categoria **Outros** inclui também as duas respostas da categoria anterior, além de respostas de “Sim” e “Não”.

4.4 Técnica de Avaliação do Pensamento Contrafactual

As respostas dos participantes na Técnica de Avaliação do Pensamento Contrafactual foram resgatadas da plataforma do Google Formulários. Os pensamentos contrafactuais descritos foram avaliados em categorias já existentes na literatura e com base na tese de Facioli (2017) em sua direção, alvo de modificação, aspecto da realidade, estrutura e quantidade.

Na categoria direção, os PCs poderiam ser classificados como ascendentes ou descendentes; o alvo de modificação, auto ou heterorreferente; o aspecto da realidade

modificado: ação/inação, evento não usual, obrigação e tempo; a estrutura, aditiva, subtrativa ou neutra.

A quantidade de PCs foi contada segundo os critérios apresentados em Facioli (2017): quando duas orações expressavam uma mesma ideia, foram consideradas um só PC, quando indicavam atos que seriam realizados após a história, não seriam considerados contrafactuais e sentenças com a ideia de “deveria ter feito” foram consideradas PCs.

Na tabela 1, categorizam-se os PCs obtidos na manchete 1.

Pensamento Contrafactual	Direção	Estrutura	Alvo de modificação	Aspecto da realidade
<u>O homem só deixar a vizinha em casa.</u> <u>Ter alguém que pudesse ajudá-la antes ou enquanto o crime aconteceu. (2)</u>	Ascendente	Subtrativa e Aditiva	Heterorreferente	Ação/Inação
<u>Não entraria no carro com o homem, mesmo sendo conhecido (2)</u>	Ascendente	Subtrativa	Autorreferente	Ação/Inação
<u>A vítima poderia ter mandado mensagem</u>	Ascendente	Aditiva	Autorreferente	Ação/Inação

<p><u>ou ligar para alguém da família, antes de sair de local e avisado que estava indo embora com o vizinho. (1)</u></p>				
<p><u>Talvez em alguma de se defender do agressor. (1)</u></p>	Ascendente	Aditiva	Autorreferente	Ação/Inação
<p>Pensando em relação a vítima, <u>o primeiro pensamento que eu teria seria de "não ter aceitado a carona"</u> (por mais que nesse pensamento esteja incumbido o ato de pensar na vítima e não no agressor). Sobre o agressor, sinceramente não sei o que poderia ser</p>	Ascendente	Subtrativa e Aditiva	Autorreferente e Heterorreferente	Ação/Inação e Obrigação

<p><u>modificado, talvez a percepção da sociedade/pessoas próximas de que ele era um possível agressor poderia modificar o fim da história. (2)</u></p>				
<p>Eu não sei o nível de intimidade e proximidade que a vítima tinha com o agressor, mas <u>eu em uma situação dessa só aceitaria uma carona vinda de uma pessoa que eu tivesse uma grande proximidade/intimidade</u> exatamente pelo fato de morrer de medo que situações assim aconteçam, por eu</p>	<p>Ascendente</p>	<p>Subtrativa</p>	<p>Autorreferente</p>	<p>Ação/ Inação</p>

<p>não confiar na maioria das pessoas.</p> <p>(1)</p>				
<p>Eu em posição de vítima <u>buscaria conhecer melhor a pessoa que ofereceu a carona</u> e sendo alguém desconhecido ou alguém de tenha uma relação superficial, <u>não aceitaria carona</u>, buscaria outros meios. O agressor já agiu de maneira intencionada, se aproveitou da inocência da vítima em aceitar uma ajuda. <u>Seria apenas mudança de caráter</u></p>	<p>Ascendente</p>	<p>Aditiva e Subtrativa</p>	<p>Autorreferente e Heterorreferente</p>	<p>Ação/Inação e Obrigação</p>

<p><u>para que algo assim não ocorresse. (3)</u></p>				
<p>Eu acho que, na situação da vítima, <u>eu pegaria a carona, infelizmente.</u> Por se tratar de um vizinho, eu talvez confiasse nele o suficiente para me levar embora.</p>	<p>Neutra</p>			
<p>"Quanto ao agressor: se houvesse tentado se relacionar com a vítima, mesmo com o consentimento momentâneo de ambos, <u>levar em consideração que ela não estava sóbria e evitar qualquer ação com a mesma.</u></p>	<p>Ascendente</p>	<p>Aditiva e Subtrativa</p>	<p>Autorreferente e Heterorreferente</p>	<p>Ação/Inação</p>

<p>Quanto à vítima: considerando a imprevisibilidade de potenciais agressores, a vítima <u>poderia ter recusado</u> <u>a carona</u> ou <u>estar</u> <u>com alguém de</u> <u>confiança junto a</u> <u>ela.” (3)</u></p>				
<p>"Acho que se acontecesse comigo me sentiria culpado de ter aceitado a carona, mas compreendo que isso não é honesto, visto que o estupro depende do agressor apenas. <u>Mudaria que</u> <u>o agressor não</u> <u>estuprasse.” (1)</u></p>	Ascendente	Subtrativa	Heterorreferente	Ação/Inação

Tabela 1. Pensamentos contrafactuais obtidos na manchete 1.

Para este formulário, foram formados 16 pensamentos contrafactuais, sendo 15 ascendentes e 1 neutro. Dentre eles, 8 foram subtrativos e 8 aditivos. Quanto ao alvo de modificação, 10 foram autorreferentes e 6 heterorreferentes. Sobre o aspecto da realidade modificada, 14 relacionaram-se à ação, inação e 2 à obrigação.

Na tabela 2, apresentada abaixo, são categorizados os PCs obtidos na manchete 2.

Pensamento Contrafactual	Direção	Estrutura	Alvo de modificação	Aspecto da realidade
<u>Eu não pegaria carona sozinha com um homem, principalmente a noite, mesmo sendo conhecido. (3)</u>	Ascendente	Subtrativa	Autorreferente	Ação/Inação
<u>Me certificaria de conhecer bem a pessoa ou não pegaria a carona. (2)</u>	Ascendente	Aditiva e Subtrativa	Autorreferente	Ação/Inação
<u>Não aceitaria carona, a menos que houvesse outras pessoas de</u>	Ascendente	Subtrativa e aditiva	Autorreferente	Ação/Inação

<u>minha confiança, junto.” (2)</u>				
<u>Eu evitaria a carona ou mudaria a ação do agressor (2)</u>	Ascendente	Subtrativa e aditiva	Autorreferente e Heterorreferente	Ação/Inação
<u>Não aceitaria a carona (1)</u>	Ascendente	Subtrativa	Autorreferente	Ação/Inação
Eu só pego carona com meus irmãos e sobrinhos, por ser uma mulher solteira e cristã, assim me protejo e prefiro me preservar aos olhos dos outros. (0)				
Estando na situação da vítima, vejo que uma possibilidade seria a "culpa" causada pelo trauma,	Ascendente	Subtrativa	Autorreferente	Ação/Inação e Obrigação

<p>no sentido de <u>e se eu não tivesse pego a carona". (1)</u></p> <p>Mas não vejo algo a ser diferente com relação a vítima, foi uma decisão sensata.</p> <p><u>Vejo coisas a serem mudadas em relação a sociedade machista em que vivemos e ao péssimo comportamento moral dos homens na sociedade historicamente opressora às mulheres</u></p> <p>(2)</p>				
<p>Pra mim é uma situação normal você aceitar uma carona de alguém que você conheça, ainda mais por morar perto de</p>	<p>Neutra e Ascendente</p>	<p>Aditiva</p>	<p>Heterorreferente</p>	<p>Ação/Inação</p>

<p>você, então <u>não mudaria nada em questão da vítima</u>. Já em relação ao agressor seria obviamente <u>entender a posição da vítima de não querer nada e respeita-la</u>. (2)</p>				
<p><u>Não pegaria carona</u>. (1)</p>	Ascendente	Subtrativa	Autorreferente	Ação/Inação
<p>Pensaria muito o quanto <u>poderia ter evitado de entrar em um carro de uma pessoa mesmo sendo vizinha, já que ela não era um amigo(a) próximo</u> (1)</p>	Ascendente	Subtrativa	Autorreferente	Ação/Inação

Tabela 2. Pensamentos contrafactuais obtidos na manchete 2.

Foram formados, ao todo 17 pensamentos contrafactuais, sendo 16 ascendentes e um neutro. Dentre eles, 10 foram substrativos e 6 aditivos. Quanto ao alvo de modificação, 16 foram autorreferentes e 1 heterorreferentes. Sobre o aspecto da realidade modificado, houve 15 modificações de ação/inação e 1 de obrigação.

5. Discussão

O presente estudo teve como objetivo investigar como participantes elaboram contrafatos a partir de matérias jornalísticas referentes à violência sexual. Foram analisados a quantidade de contrafatos produzidos, o alvo da modificação, sua estrutura, direção e aspecto da realidade alterado. Também se investigaram as emoções geradas após a leitura da matéria e após a elaboração dos contrafatos.

Para fins de compreensão, a discussão tratará como grupo 1 o grupo de participantes que fez a leitura da manchete jornalística 1, com foco nas atitudes do agressor, e grupo 2, participantes que leram a manchete jornalística 2, com foco nas atitudes da vítima.

Com relação às emoções geradas pela leitura da manchete, anteriormente à modificação da história, foi pedido que os participantes as selecionassem, direcionadas ao agressor e à vítima, podendo ser apontada mais de uma opção. No grupo 1, as emoções com relação ao agressor mais pontuadas foram raiva (8), desgosto (6), desprezo (6) e nojo (6). Com relação às atitudes da vítima, as emoções mais pontuadas foram tristeza (7) e sofrimento (5). Outras emoções interessantes que surgiram associadas à vítima, mas em menor escala, foram vergonha (1), culpa (1), ansiedade (2).

Para o grupo 2, as emoções mais selecionadas, relacionadas às atitudes do agressor foram raiva (6), nojo (6), tristeza (4) e incômodo (4). Com relação à vítima, as emoções mais pontuadas foram tristeza (4), angústia (4) e sofrimento (4). Surgiram também vergonha (2) e culpa (1).

Os participantes também foram questionados sobre as emoções que sentiram após fazerem as alterações na história da manchete. No grupo 1, as emoções mais prevalentes foram incômodo (7), angústia (5) e raiva (4). No grupo 2, a emoção mais pontuada foi tristeza (4), seguida por raiva (4).

Em ambos os grupos foram selecionadas menos emoções relacionadas às vítimas, em detrimento das emoções relacionadas ao agressor. As emoções raiva e tristeza, respectivamente relacionadas à agressor e vítima, foram as mais pontuadas em ambos os grupos. É importante destacar o aparecimento das emoções vergonha e culpa, em ambos os grupos, associadas às ações das vítimas.

Para analisar o aparecimento de tais emoções, faz-se necessário destacar que a questão “Você sentiu alguma emoção relacionada às atitudes do agressor/vítima?” pode ter gerado ambiguidade em sua interpretação. A presença da emoção culpa pode sugerir que alguns participantes responderam de acordo com as emoções que julgam que os personagens da história podem ter sentido, em vez das emoções que eles mesmo sentiram, como a questão previa.

As duas interpretações são plausíveis. Em um estudo da Childhood Brasil (2014), em parceria com a Unicef e a Universidade Católica de Brasília, a vergonha e a culpa excessivos são destacados como alguns dos graves efeitos psicológicos em crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Ao mesmo tempo, é frequente que a imposição social da culpa recaia sobre a mulher em casos de violência sexual, como demonstram as estratégias midiáticas elencadas por Cardoso e Vieira (2014) e Tomazi (2020).

Os pensamentos eliciados pela leitura da manchete, anteriormente à alteração dela foram divididos em categorias. No grupo 1, as categorias foram: Insegurança e Desconfiança, Inconformismo e Emoções. No grupo 2, Desconfiança/ Sentimentos relacionada à homens, Impotência e Reflexões sobre o texto/história. É possível inferir que a similaridades nas respostas e categorias de ambos os grupos, que compartilham do sentimento de desconfiança e insegurança e independem do foco das ações da

manchete, devem-se à temática de violência contida na manchete, que costuma causar os efeitos relatados, sendo um tema delicado e por vezes, desconfortável.

Para os pensamentos contrafactuais, a avaliação se baseou em Faccioli (2017). A quantidade de contrafatos produzida no grupo 1 e grupo 2 foi de 16 e 17, respectivamente. A direção de todos os contrafatos foram ascendentes, com exceção de um neutro para os dois grupos.

Com relação à estrutura, o grupo 1 apresentou 8 contrafatos subtrativos e 8 aditivos. O grupo 2 apresentou 10 subtrativos e 6 aditivos. A estrutura desses pensamentos tem função meramente descritiva, já que um contrafato aditivo pode se relacionar às atitudes do agressor, como em “O homem só deixar a vizinha em casa”, ou à da vítima: “A vítima poderia ter mandado mensagem ou ligar para alguém da família (...)”.

O alvo de modificação, por sua vez, mostra se o pensamento contrafactual formado foi autorreferente, relacionado à vítima da violência da manchete, ou heterorreferente, relacionado a outros agentes da manchete. No grupo 1, 10 pensamentos foram autorreferentes e 6 heterorreferentes, enquanto no grupo 2, 16 foram autorreferentes e 1 heterorreferente. Dos 7 pensamentos heterorreferentes, em ambos os grupos, 4 alteraram as ações do agressor, enquanto 3 alteraram ações de outros possíveis personagens: vizinhos, a percepção da sociedade e uma mudança de caráter.

Apesar de diferentes objetivos, Faccioli e Schelini (2015) encontraram resultados similares em uma pesquisa com grupos com e sem indicativos de depressão: em sua maioria, os contrafatos foram categorizados como ascendentes, subtrativos e autorreferentes, com modificações predominantes de ação/inação. Justino et. al (2021) obteve a mesma prevalência (PCs ascendentes, subtrativos, autorreferentes, ação e inação) em um estudo que caracterizou contrafatos de grupos de mulheres depressivas e

vítimas de violência intrafamiliar. Faccioli, (2017) conclui, no entanto, que diferentes tipos de acesso ao pensamento contrafactual produzem diferentes resultados, que dificulta a sistematização dos dados de diferentes pesquisas.

Com relação ao aspecto da realidade modificado, o grupo 1 fez 14 alterações relacionadas à ação e inação e duas à obrigação. O grupo 2, por sua vez, fez 17 modificações de ação e inação. Cabe salientar, também, que as duas modificações relacionadas à obrigação, ambas heterorreferentes, se relacionam a uma mudança estrutural: na primeira, é alterada a percepção da sociedade de que o homem poderia ser um agressor. Na segunda, a sociedade machista deve ser alterada. Retomando-se o princípio da controlabilidade na elaboração de pensamentos contrafactuais, é possível argumentar que, a tendência dos participantes em alterar, majoritariamente, as ações da própria vítima e até mesmo da sociedade, em detrimento das ações do agressor, sugere uma percepção de inevitabilidade e impossibilidade de alterar ações de agressores. Sugere-se que a ideologia advinda da estrutura social historicamente patriarcal contribui para essa perspectiva.

Em adição, é perceptível que a manchete que demarcou as ações do agressor trouxe pensamentos contrafactuais que demonstraram maior responsabilização do mesmo. Reitera-se a necessidade de politização e maior responsabilidade das mídias quando da veiculação de notícias atravessadas por marcadores de gênero, como as de violência sexual.

6. Considerações Finais

O objetivo do presente estudo foi investigar como participantes elaboram contrafatos a partir de matérias jornalísticas referentes à violência sexual. Para isso,

foram analisados a quantidade de contrafatos produzidos, o alvo da modificação, sua estrutura, direção e aspecto da realidade alterado. Também se investigaram as emoções geradas após a leitura da matéria e após a elaboração dos contrafatos.

A quantidade de contrafatos em ambos os grupos foi similar. O alvo da modificação, na manchete que focava nas atitudes das vítimas foi majoritariamente autorreferente e na que focava nos agressores, houve mais alterações heterorreferentes. A estrutura, direção e aspectos da realidade alterados majoritários foram ascendentes, subtrativas, autorreferentes e com alterações relacionados à ação/inação e obrigação, estrutura similar aos achados de outros autores da área (Faccioli & Schelini, 2015; Faccioli, 2013; Justino, 2014).

Destacam-se as emoções culpa e vergonha, que surgiram nas respostas dos participantes e são comumente associadas, tanto às vítimas como aos julgamentos que nelas recaem. Chama a atenção também as alterações contrafactuais que se direcionaram à sociedade.

Uma fragilidade do estudo, que pode ser explorada em pesquisas subsequentes é a amostra pequena e sem aleatoriedade. Como aspecto positivo, destaca-se a metodologia e escolha dos materiais utilizados. Sugere-se que pesquisas futuras tentem ao máximo evitar ambiguidade nas questões, já que a aplicação on-line não permite a solução de dúvidas.

Pode-se concluir, como contribuição do estudo, o destaque à persistência da perspectiva da inevitabilidade da violência e da sua associação ao caráter do agressor, em conjunto com a responsabilização da vítima, na violência sexual. Ressalta-se, então, a responsabilidade da mídia em noticiar temas demarcados pela estigmatização, como a violência de gênero, com responsabilidade, sem a isenção dos agressores e preservando as mulheres.

REFERÊNCIAS

- Agência Patrícia Galvão (2022). Violência contra as mulheres em dados. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/aumento-4-nos-registros-de-estupro-no-pais-entre-2020-e-2021/>
- Agência Patrícia Galvão (2023). Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/47-das-brasileiras-indicam-ter-sofrido-assedio-sexual/>
- Byrne, R. M. J. (2005). *The Rational Imagination: How people create alternatives to reality*. MIT Press
- Cardoso, I. & Vieira, Viviane. (2014) A mídia na culpabilização da vítima de violência sexual: o discurso de notícias sobre estupro em jornais eletrônicos. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, n. 7, p. 69-85.
- Estanislau, A. R. de A. (2016). *O pensamento contrafactual em crianças: Actor versus ouvinte*. [Dissertação de mestrado]. Instituto Universitário Ciências psicológicas sociais e da vida.
- Faccioli, J. S., Justino, F. L. C. & Schelini, P. W. (2015) Elaboração de técnica para avaliar o pensamento contrafactual em adultos. *Estud. pesqui. psicol.* [online], vol.15, n.1, pp. 196-217. ISSN 1808-4281.
- Justino, F. L. C. & Schelini, P. W. (2017). *Cognições sobre o passado: avaliação do pensamento contrafactual em grupos específicos*. [Tese de doutorado] Universidade Federal de São Carlos
- Martins Lopes, D. G. (2015). *Os efeitos da controlabilidade, normalidade e tipo de crime sobre: geração de pensamentos contrafactuais, reações emocionais e atribuição de culpa*. [Dissertação de mestrado]. Instituto Universitário Ciências psicológicas sociais e da vida.
- Martins, A. C. C. (2011). *“No pior dos mundos possíveis”*: O pensamento contrafactual e a percepção do crime de violação contra as mulheres. [Tese de doutorado]. Instituto Universitário Ciências psicológicas sociais e da vida.

- OMS. (2021) Organização Mundial de Saúde. Violência contra a mulher. https://www.who.int/health-topics/violence-against-women#tab=tab_1
- Organização Pan-Americana de Saúde (2023). Violência contra as mulheres. <https://www.paho.org/pt/topics/violence-against-women#:~:text=A%20viol%C3%Aancia%20sexual%20%C3%A9%20qualq%20qualq%20e%20em%20qualquer%20%C3%A2mbito.>
- Pessoa, Fernando (1982). Livro do Desassossego. Editora Ática.
- Roese, N. J. (1994). The functional basis of counterfactual thinking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 56, 5, 805-838.
- Tomazi, M. M. (2020). A agentividade nas manchetes sobre violência de homens contra mulheres. *Discurso & Sociedad*, ISSN-e 1887-4606, págs. 823-844
- Childhood Brasil (2014). Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: Aspectos Teóricos e Metodológicos, Brasília –DF. <https://www.childhood.org.br/publicacao/guia-de-referencia-em-escuta-especial-de-criancas-e-adolescentes-em-situacao-de-violencia-sexual-aspectos-teoricos-e-metodologicos.pdf>

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(a) senhor(a) está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Investigação da produção de pensamentos contrafactuais a partir de manchetes jornalísticas sobre violência sexual”, cujas etapas acontecerão em ambiente virtual, de forma não presencial. A pesquisa é realizada pela aluna do curso de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Lívia Polastri Piai, sob a orientação da Profa Dra Patrícia Waltz Schelini, docente do Departamento de Psicologia. Sua participação é livre e voluntária. a sua recusa não trará nenhum prejuízo na sua relação com a pesquisadora ou com a instituição de ensino da qual a pesquisadora faz parte. Para que possa participar, é necessário que o(a) senhor(a) tenha idade igual ou superior a 18 anos, seja universitário(a) e possua equipamentos com acesso à internet, como celular, computador ou notebook. De acordo com a resolução 510/2016, o(a) senhor(a) tem direito a ressarcimento de quaisquer gastos ou danos decorrentes da participação na pesquisa.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o (a) senhor irá (a) decidir se deseja participar e preencher o questionário, se deseja desistir da participação durante o preenchimento do questionário ou após o preenchimento, e poderá retirar seu consentimento sem nenhuma penalização ou prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição

O(a) senhor(a) ao clicar em "Aceito participar da pesquisa" irá: 1.

Eletronicamente aceitar participar da pesquisa, o que corresponderá à assinatura deste termo (TCLE), o qual poderá ser impresso ou solicitado ao pesquisador via endereço de Email fornecido, se assim o desejar. 2. Responder ao questionário on-line que terá tempo gasto para seu preenchimento em torno de 15 minutos. Caso não concorde, basta fechar a página do navegador. Caso desista de participar durante o preenchimento do questionário e antes de finalizá-lo, os seus dados não serão gravados, enviados e nem recebidos pelo pesquisador e serão apagados ao se fechar a página do navegador. Caso tenha finalizado o preenchimento e enviado suas respostas do questionário e após decida desistir da participação deverá informar o pesquisador desta decisão e este descartará os seus dados recebidos sem nenhuma penalização. Você poderá imprimir uma via deste termo, ou se desejar, o pesquisador poderá encaminhar uma via assinada por Email ou da maneira como preferir.

O objetivo geral do projeto é investigar, em termos gerais, como participantes elaboram contrafatos a partir de matérias jornalísticas referentes à violência sexual. Em uma PRIMEIRA ETAPA, será coletado, via questionário, dados pessoais, como nome, gênero, idade, entre outras informações. Na SEGUNDA ETAPA, os participantes terão acesso às questões de avaliação do pensamento contrafactual, em respostas abertas e não obrigatórias.

O tempo utilizado para responder aos formulários de coleta dos dados ficará a critério do participante.

Você pode verificar a política de segurança e privacidade das plataformas do google através do link <https://policies.google.com/privacy?hl=pt-br>.

Suas respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, ou seja, em nenhum momento será divulgado seu nome em qualquer fase do estudo. No entanto, devido às políticas de privacidade das plataformas utilizadas (mencionadas acima), há limitações para a total confidencialidade dos dados e riscos de violação dos mesmos.

Os dados coletados poderão ter seus resultados divulgados em eventos, revistas e/ou trabalhos científicos.

Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada. Caso haja menção a nomes, a eles serão atribuídas letras. Os dados coletados terão o prazo de armazenamento máximo de 5 anos, seguindo as recomendações do comitê de ética em pesquisa em seres humanos.

O preenchimento destes questionários não oferece risco imediato ao(a) senhor(a), mas algumas perguntas podem remeter à algum desconforto, evocar sentimentos ou lembranças desagradáveis. Além disso, o tempo de resposta e a exposição à tela podem causar cansaço e/ou desconforto, assim como a postura mantida durante o preenchimento dos formulários.

Pode ocorrer uma maior dificuldade, em relação às pesquisas presenciais, de criação de vínculo com a pesquisadora, uma vez que essa não estará presente em algumas etapas. Caso algumas dessas possibilidades ocorram, o senhor (a) poderá optar pela interrupção de suas respostas. Além disso, a pesquisadora estará disponível nos meios de contato disponibilizados abaixo, de acordo com a necessidade dos participantes, para qualquer dúvida ou diálogo, visando acolher os desconfortos suscitados.

O senhor(a) poderá desistir de participar da pesquisa em qualquer momento ou etapa. Para tanto, basta que entre em contato com a pesquisadora principal anunciando sua decisão por um dos meios disponibilizados ao fim desse termo (email, telefone, endereço).

O(A) senhor(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, este trabalho poderá contribuir de forma indireta na ampliação do conhecimento sobre os discursos sobre a violência sexual e o pensamento contrafactual. Além disso, por ser uma pesquisa virtual, o(a) senhor(a) não precisará se deslocar até a pesquisadora, podendo escolher um ambiente confortável para sua participação.

O(a) senhor(a) receberá uma via deste termo via email, em que consta o telefone e o endereço do pesquisador principal e responsável com quem você poderá tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação agora ou a qualquer momento.

Sugerimos que guarde uma cópia.

Ao final da pesquisa, a pesquisadora irá enviar por email os resultados obtidos, de maneira clara e acessível, a todos os participantes.

Este projeto de pesquisa foi aprovado por um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) que é um órgão que protege o bem-estar dos participantes de pesquisas. O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas. Caso você tenha dúvidas e/ou perguntas sobre seus direitos como participante deste estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da UFSCar que está vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa (ProPq) da universidade, localizado no prédio da reitoria (área sul do campus São Carlos).

Endereço: Rodovia Washington Luís km 235 - CEP: 13.565-905 - São Carlos-SP.
Telefone:(16) 3351-9685.

E-mail: cephumanos@ufscar.br.

Horário de atendimento: das 08:30 às 11:30.

O CEP está vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS), e o seu funcionamento e atuação são regidos pelas normativas do CNS/Conep. A CONEP tem a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo CNS, também atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam.

Endereço: SRTV 701, Via W 5 Norte, lote D - Edifício PO 700, 3o andar - Asa Norte - CEP: 70719-040 - Brasília-DF.

Telefone: (61) 3315-5877 E-mail: conep@saude.gov.br.

Dados para contato (24 horas por dia e sete dias por semana):

Pesquisadora Principal: Lívia Polastri Piai

Endereço: Rua Alameda das Azaleias, 173

CEP: 13566-500 | São Carlos, SP

Email: liviapiai@estudante.ufscar.br

Telefone: (19) 99573-1942

Pesquisador Responsável: Patrícia Waltz Schelini

Endereço: Rua Bruno Ruggiero Filho, 101

CEP: 13088-221 | Campinas/SP

E-mail: pws@ufscar.br

Telefone: (16) 98190 5220

Questionário Sociodemográfico

Com qual gênero você se identifica?

- Feminino
- Masculino
- Não binário
- Prefiro não dizer

Qual é a sua idade?

Como você se identifica?

- Amarela (o)
- Branca (o)
- Indígena
- Parda(o)
- Preta(o)

Você segue alguma religião? Se sim, qual?

Qual o seu nível de escolaridade?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Pós Graduação

Qual é o seu estado civil?

Solteira(o)

Casada(o)

Divorciada(o)

Viúva(o)

Avaliação do pensamento contrafactual

O termo pensamento contrafactual caracteriza o pensar a respeito de eventos passados, procurando modificar elementos da realidade, visando imaginar um resultado diferente do que ocorreu. Os pensamentos contrafactuais são constituídos, basicamente, por proposições condicionais, comumente constituídas por um antecedente (“se...”) e um conseqüente (“então...”).

Leia a manchete jornalística a seguir e depois responda às questões que se seguem. Nelas, você será estimulado a criar pensamentos contrafactuais.

Manchete do Grupo 1

De madrugada, mulher pega carona com vizinho após balada e é estuprada em Paraíba do Sul, RJ

Maria, estudante, 23 anos, voltava para casa a pé após uma festa quando aceitou uma carona de um homem, seu vizinho, que também voltava da balada. A jovem diz ter sido estuprada, alegando que o homem teria tentado manter relações quando a mesma chegou ao seu destino.

Manchete do Grupo 2

Homem estupra sua vizinha, após oferecer carona para que vítima "não fosse embora sozinha" em Parnaíba do Sul, RJ.

Segundo relatos da vítima, seu vizinho ofereceu carona para que ela não fosse sozinha embora de uma festa em que ele também estava. O estupro ocorreu assim que ela chegou ao seu destino.

- 1) Você sentiu alguma emoção relacionada às atitudes do agressor? Se sim, selecione abaixo uma ou mais emoções que se aproximem do que você sentiu.

Alternativas: Raiva, Tristeza, Medo, Surpresa, Irritação, Incômodo, Tédio, Culpa, Angústia, Agressividade, Confusão, Constrangimento, Desgosto, Sofrimento, Espanto, Desprezo, Calma, Divertimento, Vergonha, Alegria, Nojo, Ansiedade, Outros.

- 2) Você sentiu alguma emoção relacionada às atitudes da vítima? Se sim, selecione abaixo uma ou mais emoções que se aproximem do que você sentiu.

Alternativas: Raiva, Tristeza, Medo, Surpresa, Irritação, Incômodo, Tédio, Culpa, Angústia, Agressividade, Confusão, Constrangimento, Desgosto, Sofrimento, Espanto, Desprezo, Calma, Divertimento, Vergonha, Alegria, Nojo, Ansiedade, Outros.

- 3) Enquanto você lia a história, ocorreu algum pensamento sobre o que estava lendo?
- 4) Imagine se essa situação acontecesse com você. As pessoas, após passarem por situações como essas, têm, frequentemente, pensamentos sobre como as coisas poderiam ter acontecido de outra maneira. Se você passasse pela mesma situação, será que pensaria em alguma coisa diferente em relação ao que aconteceu? Pense o que poderia ser diferente para que a história tenha um fim diferente. Se você pudesse mudar alguma coisa nessa situação, o que mudaria?
- 5) Enquanto você lia a história, ou quando alterava aspectos dela, você sentiu alguma emoção sendo gerada em consequência disso?

Alternativas: Raiva, Tristeza, Medo, Surpresa, Irritação, Incômodo, Tédio, Culpa, Angústia, Agressividade, Confusão, Constrangimento, Desgosto, Sofrimento, Espanto, Desprezo, Calma, Divertimento, Vergonha, Alegria, Nojo, Ansiedade, Outros.